

BIBLIOTECA DE A SEMENTEIRA

JORGE ETIÉVANT

0011

A MINHA DEFESA

Que vos afflijam, que vos tor-
tarem, dizei sempre a verdade.

Victor Hugo.



1919

Editora e proprietaria: A SEMENTEIRA

Composto e impresso nas **Officinas Gráficas**

Rua do Poço dos Negros, 81 - LISBOA

BIBLIOTECA DE A SEMEITEIRA

JORGE ETIENVANT

A MINHA DEFESA

Que vos alliam, que vos tor-
caram, vivei sempre a verdade.
Victor Hugo.



1919

Editor e proprietaria: A SEMEITEIRA
Composto e impresso nas Oficinas Gráficas
Rua do Poço das Artistas, 21 - LISBOA

BIBLIOTECA DE A SEMENTEIRA

JORGE ETIÉVANT

A MINHA DEFESA

Que vos afflijam, que vos torturem,
dizei sempre a verdade,

Victor Hugo.



1919

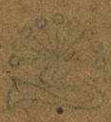
Editora e proprietária: A SEMENTEIRA

Composto e impresso nas **Officina Gráficas**

Rua do Poço dos Negros, 81 - LISBOA

Shi

INSTITUTO DE AGRICULTURA
1907
00711
A MINHA DEFESA



— OFICINAS GRAFICAS —
R. do Poço dos Negros, 81
— LISBOA —



A minha defesa (*)

I

A idea não é inata no homem: auxiliadas pelos sentidos, as ideas são o produto do meio em que vivemos.

A demonstração desta verdade resulta d'este facto: se nos faltar um sentido, não podemos formar uma idea exacta dos objectos correspondentes, isto é, que se relacionam com esse sentido. Assim, um cego de nascença jámais poderá fazer uma idea da diversidade das côres, visto que êle carece da faculdade de receptividade necessária para perceber o brilho dos objectos. Além de que, segundo as nossas aptidões, aptidões que nascem connosco, pos-

(*) Declaração do autor, ácerca dum pretendido crime de que foi acusado, para serem lidas no tribunal.

suimos, numa ou outra ordem de ideas, maior ou menor faculdade de assimilação, consoante a menor ou maior faculdade de receptividade que temos. E' por isso que uns aprendem facilmente a matemática, e outros demonstram maior aptidão para a linguística. Esta faculdade de assimilação que em nós existe póde desenvolver se numa proporção variável até ao infinito, em resultado da multiplicidade de sensações análogas recebidas.

Mas, da mesma fórma que, se nos servimos quási exclusivamente dos braços, estes adquirirão maior fôrça, em detrimento doutros membros ou partes do corpo, e se tornarão mais aptos para as suas funções, á medida que os outros se tornarão mais inaptos; quanto mais a nossa faculdade de assimilação se exercer, em consequência da multiplicidade das sensações análogas desenvolvidas numa dada ordem de ideas, tanto mais, relativamente ao conjunto das nossas faculdades, reagiremos á assimilação de ideas de ordem diversa. E se chegamos a ter por verdadeira e boa tal coisa ou tal idea, toda a idea contrária nos irrita, e á sua assimilação opomos uma enorme fôrça de resistência; quando a outro individuo parecerá essa mesma idea, tão natural e tão justa, que não poderá conceber como de boa fé se pense diferentemente. Há todos os dias exemplos

dêstes factos; a sua autenticidade é incontestável.

Isto posto e admitido, como todos os actos são o resultado de uma ou de muitas ideas, segue-se que, para julgar um homem, para numa acção se chegar a conhecer a responsabilidade do agente é indispensável conhecer todas as sensações que a determinaram, e apreciar a força de cada uma delas e o grau de receptividade ou de resistência que cada uma encontrou, bem como o lapso de tempo em que o indivíduo esteve sob a influência de cada uma primeiro, de muitas em seguida, e por fim de todas.

Ora, quem vos concedeu a faculdade de perceber e de sentir o que os outros percebem e sentem ou perceberam e sentiram? Como podereis julgar um indivíduo, se não podeis conhecer exactamente as causas determinantes dos seus actos? E como podereis conhecer todas essas causas, assim como a relatividade que existe entre elas e a maior ou menor faculdade de receptividade que existe no indivíduo, se não podeis penetrar os arcanos da mentalidade de cada um e identificar-vos com êle de fôrma a conhecerdes perfeitamente o seu *eu*? Conhecer o temperamento de cada um melhor do que na maioria dos casos conhecemos o nosso próprio tempe-

ramento; possuir mesmo um temperamento semelhante; submeter-se ás mesmas influências; viver no mesmo meio por espaço de tempo igual ao que o indivíduo aí viveu, eis o que para isso seria necessário; tal a única medida que vos poderia auxiliar na obtenção do número e fôrça das influências dêsse meio, comparativamente á faculdade, de assimilação que essas influências encontraram.

Há, pois, impossibilidade de julgar os nossos semelhantes. Ela resulta da impossibilidade em que nos encontramos de conhecer exactamente as influências a que eles obedecem e a fôrça das sensações determinantes dos seus actos comparativamente com as suas faculdades de assimilação ou com a sua fôrça de resistência. E se esta impossibilidade não existisse, chegaríamos a obter um resultado exacto do jogo das influências da relatividade que existe entre elas e a maior ou menor faculdade ou poder de receptividade de que os indivíduos são dotados para reagir contra essas influências ou para as assimilar; mas nem por isso poderíamos conhecer a responsabilidade na realisação de um acto, pela magnífica e simples razão de que tal responsabilidade não existe.

Para bem se comprehender a não existên-

cia da responsabilidade, basta considerar o exercício das faculdades intellectuaes no homem. Para que a responsabilidade existisse, seria mister que a vontade determinasse as sensações, da mesma fôrma que estas determinam a idea e as faculdades do acto. Pelo contrário são as sensações que determinam a vontade, que lhes dão vida em nós e que a dirigem. A vontade não é senão o *desejo* que sentimos de realisar uma coisa destinada a satisfazer uma das nossas necessidades, quer dizer, a dar-nos uma sensação de prazer e afastar de nós uma sensação de dôr; e por conseguinte, é mister que essas sensações sejam ou tenham sido experimentadas para que nasça em nós a *vontade*. E a vontade, criada pelas sensações, não póde ser transformada senão por novas sensações, isto é não póde mudar de direcção, proseguir novo caminho, senão quando novas sensações fizerem nascer em nós uma nova ordem de ideas, ou modificarem a ordem de ideas preexistente.

Isto tem sido reconhecido em todos os tempos e nós próprios o reconhecemos tacitamente, porque, em suma, advogar perante vós o *pro* e o *contra*, não é provar que, se pelo órgão auditivo vos forem transmitidas novas sensações, estas podem fazer nascer em vós a vontade de operar de uma maneira ou de outra, ou modificar

a vossa vontade anterior? E, como já disse, se se está habituado, em consequência de uma longa série de sensações análogas, a considerar tal coisa ou tal idea como boa e justa, qualquer idea contrária nos incomoda, e nos faz opôr á sua assimilação uma enorme fôrça de resistênciã.

E' por este motivo que os velhos adaptam menos facilmente as ideas novas, atendendô a que no decorrer da sua existênciã, sentiram uma multiplicidade de sensações emanando do meio em que viveram, sensações que os levaram a considerar como boas as ideas conformes á concepção geral dêsse meio, sobre o *justo* e o *injusto*.

E' também por este motivo, que se pôde constatar que a noção do justo e do injusto tem variado incessantemente. Mas, duma forma ou doutra, aquele a quem o argumento tiver emocionado, não poderá obstar a que a sua vontade seja determinada num sentido, e aquele a quem o argumento deixar indifferente não poderá conseguir a modificação da vontade, e por isso um não poderá eximir-se a operar duma fôrma e o outro de fôrma contrária, a não ser que novas sensações venham alterar a sua vontade.

Embora pareça um paradoxo, o certo é que não praticamos nenhum acto, bom ou mau, por mais insignificante que seja, que não sejamos forçados a pratica-lo, visto que

todos os actos são o resultado da relatividade que existe entre uma ou muitas sensações, adquiridas no meio em que vivemos, e a maior ou menor faculdade de assimilação que existe em nós. Ora, como não podemos ser responsáveis pela maior ou menor faculdade de assimilação que em nós existe relativamente a esta ou áquella ordem de sensações, e como igualmente não podemos ser responsáveis pela existência ou não existência das influências originadas no meio em que vivemos, nem pelas sensações que elas produzem, e como por consequência não podemos ser responsáveis pela relação que há entre elas e a nossa maior ou menor faculdade de receptividade ou de resistência, também não podemos ser responsáveis pelo resultado dessa relação, já que ela é não só independente da nossa vontade, mas ainda a sua *determinante*.

Todo o julgamento é, pois, impossível, e a recompensa como a punição são injustas por mais insignificantes e por maior que possa ser o benefício ou dano.

O homem não pode julgar o homem. Póde sómente julgar os seus actos, desde que tenha o critério suficiente. Mas esse critério não existe. E se pretendem que existe, em todo o caso, não é nas leis que se

póde encontrar, porque a verdadeira justiça é imutável e as leis são mutáveis. Sucede com as leis o que sucede com tudo o mais. Se as leis são boas, que necessidade há de deputados e senadores para as modificar? Se são más, porque existem magistrados para as aplicar?

II
O nascimento dá a todos os seres direito á vida e á felicidade. O direito de andar por toda a parte livremente, a terra por baixo dos pés, o ceu por cima da cabeça, o sol a bater-nos nos olhos, o ar a entrar-nos no peito; — direito primordial, anterior a todos os outros — este direito imprescritível e natural, que adquirimos pelo facto de nascermos, é negado a milhões de seres humanos que vieram ao mundo como os outros.

Privados da terra — a mãe de todos — pelos ricos, esses homens não podem mover-se para a direita ou para a esquerda, comer ou dormir, numa palavra, fazer uso dos seus órgãos, satisfazer as suas necessidades, viver, senão por graça especial dos outros homens. Sujeitos a mil contingências passam a vida á mercê dos caprichos daqueles que se tornaram seus senhores. Não pódem andar, sem a cada passo toparem

com uma barreira, sem serem detidos por palavras como estas: — não vão por esse campo que é de Fulano; não passem por essa mata que é de Sicrano; não apanhem esses fructos, não pesquem esses peixes, que são de Beltrano. E em tudo assim!

E se acaso lhes acóde aos lábios esta pergunta: — é então nós o que temos? Os ricos repetem-lhes a resposta com que desde crianças, no meio da religião e das leis, lhes foram formando o espirito, a fim de aceitarem sem murmurar essa manifesta injustiça: — nada, não têm nada! As raízes das árvores recebem a seiva da terra, mas não é em proveito de todos, é só em nosso proveito. A chuva molha-nos a todos, é verdade, mas quando cai é unicamente para nós. E o sol, por sua parte, não despede os seus raios senão para bem das nossas searas e dos nossos pomares. A terra gira em torno do sol e apresenta alternativamente cada uma das suas faces á influência vivificante deste astro, mas tão grande movimento não se faz para todas as creaturas. A terra pertence-nos, e não a todos os homens. Comprámo-la com o nosso ouro e com a nossa prata.

Mas já que o ouro e a prata estão nas entranhas da terra, como poderam comprá-la com esses metaes? Como é que uma parte do todo pode valer tanto como o todo? Como é que, tendo comprado a terra com

o seu oiro, possuem ainda tanto oiro? Mistério!

As imensas florestas, há milhões de séculos soterradas pelas revoluções geológicas, não podem te-las comprado nem sequer herdado, pois que então ainda não existia o homem sobre a terra! Não obstante, pertencem-lhes da mesma sorte. Tudo, desde o centro da terra e o fundo dos mares até ás cumeadas dos mais elevados montes, lhes pertence. Foi para que este possa dar um valioso dote a sua filha que essas florestas se formaram outrora; foi para que aquelle possa dar um palácio á sua amante que as revoluções geológicas se verificaram; foi para que eles possam beber *champagne* que essas florestas se foram lentamente convertendo em hulha.

E que havemós de fazer para viver senão temos direito a nada? Soceguem — lhes respondem ainda — não somos tão maus como imaginam; desde que sejam razoáveis e obedçam a todas as nossas vontades, concedemos-lhe a vida, com tanto que em troca cultivem os nossos campos, façam o nosso fato, construam as nossas habitações, tratem dos nossos gados, pódem as nossas árvores, nos façam máquinas e livros, numa palavra, nos proporcionem todos os gosos físicos e intellectuaes a que só nós temos direito. Se permitimos que cavem as nossas terras, toquem nas nossas pedras, no nosso gêsso,

no nosso cimento, é para construirem casas para nós, não para vós; se os autorisamos a comerem do nosso pão e beberem da nossa água, agradeçam-no-lo infinitamente, porque as vossas vidas pertencem-nos como tudo o mais.

Os pobres teem direito á vida, mas consoante o capricho dos ricos. Dignam-se êstes permitir-lhes viver com a condição de que trabalharão para êles. Os ricos dirigirão os pobres; vê los hão trabalhar; gosarão os fructos do seu trabalho, porque a tudo isso teem direito. Tudo o que os pobres empregarem na produção pertence aos ricos. Enquanto os ricos pôdem repousar á sombra das árvores, poeti-ar ao murmúrio da corrente, vivificar os músculos nas ondas do mar, buscar a saúde nas águas termais, gosar o vasto horisonte nos cumes das serras, ter o domínio intelectual da humanidade e viver com os poderosos semeadores de ideas, infatigáveis investigadores do *ao de lá* de tudo, os pobres, apenas saídos da primeira infância, devem, forçados por direito de nascimento, entrar de arrastar a sua calceta da miséria, devem produzir para que outros consumam, trabalhar para que outros possam viver ociosos, morrer de pena para que outros possam viver na alegria. Enquanto os ricos pôdem per-

correr o mundo em todos os sentidos, gosar todos os horisontes, viver em constante união com a natureza e receber nessa fonte inexgotável de poesia as mais delicadas e doces sensações, os pobres não têm por horisonte mais que as quatro paredes das suas mansardas, das suas oficinas, das galés ou da cadeia, e, máquinas humanas cuja vida se reduz a um acto sempre igual, infinitamente repetido, hão de recommençar cada dia a taréfa da véspera, continuamente, sempre, sempre, até que as rodas se quebrem, ou, até que envelhecidos e gastos, sejam postos de parte por já não darem sufficiente lucro.

Desgraçados dos pobres se a doença os ataca, se, moços ou velhos, são demasiado fracos para produzir a grado dos possuidores! Desgraçados dos pobres se não encontram a quem vender a sua fôrça. Se de entre os possuidores nenhum se digna de comprar o seu sangue, os seus nervos, se não acham para quem prostituir o cérebro, os braços, o corpo, irão de abismo em abismo, vendo os seus andrajos feitos crime, os seus sacudimentos de estomago feitos opróbio, a sociedade inteira a lançar-lhes o anátema e a autoridade a gritar-lhes de lei na mão: — ai dos «sem domicilio»! ai dos que não têm cama para repousar! ai dos que se permitem ter fome quando os outros têm comido bem! ai dos que têm frio quando

outros têm calor! ai dos vagabundos! ai dos vencidos! E serão punidos por não terem nada enquanto que outros teem tudo.

E isso é justiça, diz a lei. E isso é um crime, dizemos nós; isso não deve ser, isso ha de deixar de existir, porque não é justo.

Há muito que os homens aceitam como regra moral a expressão da vontade dos fortes e dos poderosos; há muito que a malícia de uns tem por cúmplices a ignorância e a cõbardia doutros; há muito que os homens são surdos á voz da razão, da justiça e da natureza; há muito que elles tomam a mentira pela verdade.

E eis o que é verdade.

A vida não é mais que um perpétuo movimento de assimilação, que encorpora nos seres as moléculas da matéria sob suas diversas formas; e em pouco tempo lhas arranca para as combinar de novo de mil outras maneiras; um perpétuo movimento de acção e de reacção entre o individuo e o meio natural ambiente, que se compõe de tudo que não existe nêle, — tal é a vida.

Pela sua acção contínua, a reunião dos seres e das coisas que constituem a natureza, tende perpetuamente á absorpção do individuo, á desagregação do seu ser, á sua morte.

A natureza não faz novo com velho; sem-

pre destrói para criar; só da morte faz sair a vida; precisa de matar o que existe para fazer nascer o que existirá. A vida, pois, para o indivíduo, apenas é possível por uma perpétua reacção de si mesmo sobre a multidão dos seres e das coisas que o cercam. Não pôde viver senão com a condição de combater a desassimilação, que todo o existente lhe faz sofrer, pela assimilação de novas moléculas, que de todo o existente deve receber.

Assim é que os seres, qualquer que seja o gráu da escala de perfeição em que estão colocados, desde o zoófito ao homem, são providos de faculdades que lhes permitem combater a desassimilação do seu organismo pela incorporação de novos elementos recebidos no meio em que vivem. Todos são providos de órgãos mais ou menos perfectos, destinados a adverti-los da presença de causas que possam trazer-lhes uma brusca desassimilação do seu ser. Todos são providos de órgãos que lhes permitem combater a influência desorganizadora dos elementos.

Ora para que teriam todos esses órgãos se não devessem servir-se dêles? se não tivessem o direito de fazer uso dêles? Para quê pulmões senão para respirar; olhos senão para vêr; cérebro senão para pensar; estômago senão para digerir?

Sim; isto não admite dúvida: pelos nossos

pulmões temos o direito de respirar; pelo nosso cérebro temos o direito de pensar; pela nossa língua temos o direito de falar; pelos nossos ouvidos temos o direito de ouvir; pelos nossos olhos temos o direito de vêr; pelas nossas pernas temos o direito de andar.

E temos direito a tudo isto porque pelo nosso ser temos o direito de viver. Um ser não tem órgãos mais poderosos do que deve ter. Nem vista mais penetrante, nem ouvido mais fino, nem palavra mais fácil, nem cérebro mais vasto, nem estômago mais forte, nem pernas, patas, asas ou barbatanas mais vigorosas.

Tambem pelas nossas pernas temos direito a todo o espaço que podemos percorrer; pelos nossos pulmões, a todo o ar que podemos respirar; pelo nosso estômago, a todo o alimento que podemos digerir; pelo nosso cérebro, a tudo que podemos pensar e assimilar dos pensamentos alheios; pela nossa faculdade de falar, a tudo que podemos dizer; pelos nossos ouvidos, a tudo que podemos ouvir. E temos direito a tudo isto, porque temos direito á vida, e tudo isto constitue a vida.

São estes os verdadeiros direitos do homem. Não há necessidade de os decretar. Existem como existe o sol. Não estão escritos em nenhuma constituição, em nenhuma lei, mas estão inscritos com caracteres in-

deléveis no grande livro da natureza e são imprescritíveis.

Do insecto ao elefante, da herva ao carvalho, do átomo á estrêla, tudo, em a natureza, o proclama. Tudo nela é solidário; e o movimento geral eterno que é a condição da vida compõe-se do movimento geral e eterno de cada um dos seus átomos, que é a condição da vida para cada uma das creaturas.

Os movimentos dos infinitamente pequenos, como dos infinitamente grandes, repercutem-se e reagem uns sobre os outros indefinidamente. É, pois que tudo reage sobre nós, nós temos o direito de reagir sobre tudo, porque temos o direito de viver e, sem esta condição, a vida é impossível.

Pelo facto do nascimento tornamo-nos como que proprietários do universo inteiro e temos direito a tudo que existe, a tudo que existiu, e a tudo que existir. Cada um de nós adquire, pelo seu nascimento, direito a tudo, sem outros limites mais que os que a natureza lhe pôz, isto é, nos limites das suas faculdades de assimilação.

Mas, dizem: é meu este campo; é minha esta mata; é méu este tanque, este prado, esta seara, esta casa. E eu respondo:

Quando as suas propriedades,—fracções do grande todo que, pela sua acção cons-

tante sobre o meu organismo, me impelem assim como aos senhores, para o tú nulo, — deixem de me impelir, reconhecerei que só os senhores teem o direito de as gosar. Quando as influências desagregadoras da natureza só tenham acção sobre os senhores, só os senhores terão direito de receber da natureza com que restabelecer o que a natureza lhes tira.

Enquanto a humanidade actuar sobre mim como sobre os senhores, a fonte e o tanque serão tanto meus como seus. Enquanto não impedirem o calor do sol de me fazer transpirar como aos senhores, ele amadurecerá frutos e searas para nós todos.

Um homem de 20 anos não tem uma só das moléculas que dez anos antes constituíam o seu sêr, assim também quando os senhores, ou pela chuva, ou pelo vento, ou de outra qualquer maneira, fizerem que o que está em mim não se incorpore nas suas propriedades, então terão o direito de me impedir de, por meu turno, incorporar em mim o que das suas propriedades me seja conveniente.

Mas enquanto nós, os párias, não poderemos viver sem constantemente assimilar elementos que só no grande todo podemos receber, teremos, como os senhores, direito a esse grande todo e a cada uma das suas partes, porque nascemos como os senhores, somos seus semelhantes, e, como os senho-

res, temos direito á vida e á felicidade. Se fossemos de uma espécie animal inferior, eu compreenderia a exclusão; o nosso modo de viver seria diferente; já que, porém, temos a mesma organização, somos todos iguais e todos temos iguais direitos sobre a universalidade dos bens.

E se me disserem que tal ou tal coisa lhes pertence porque a herdaram responder-lhes hei que aqueles que lha deixaram o não podiam fazer. Durante a sua vida tinham o direito de gosar da universalidade dos bens, como nós o temos durante a nossa, mas não tinham o direito de dispôr dela depois da morte; por isso que, assim como pelo nosso nascimento adquirimos direito a tudo, assim pela nossa morte, têm fim todas as nossas necessidades, perdemos todos os direitos.

Com que direito haviam de impedir-nos de viver os que têm vivido? Em virtude de que direito um agregado de moléculas quereria impedir as suas proprias moléculas de se reagregar duma determinada maneira em vez de uma outra? Pois, porque um homem, cuja vida é um minuto na imeasidade dos tempos, habitou um canto da terra, havia de poder dispôr dela por toda a eternidade? Não ha nada mais estúpido que esta pretensão de um ser efémero fazer doações prepétuas a outros seres efémeros, a instituições passageiras?

Estas pretensões dos que querem viver mesmo depois de mortos; ter direito a todos os bens mesmo quando já não precisam dêles; dispôr, depois da morte, de coisas de que não tinham o direito de dispôr, senão durante a vida, segundo as suas necessidades, não devem respeitar-se.

E se me disserem que tinham o direito de dispôr, visto que aquilo de que dispunham representava uma parte do produto economisado do seu trabalho, responderei que se não consumiram inteiramente o produto do seu trabalho o poderiam ter feito, e se o não fizeram é porque não tiveram necessidade disso, pelo que desapareceu o direito, não podendo portanto dispôr e ceder o que não tinham.

O direito cessa onde a necessidade acaba.

Semelhantemente se me disserem que tal ou tal coisa lhes pertence por a haverem comprado, responderei que os que lha venderam não tinham o direito de fazê-lo. Tinham o direito de gozã-la, segundo as suas necessidades, como nós, segundo as nossas. Tinham o direito de alienar, a sua parte de gozo e de vida, mas não a nossa. Podiam, por êles, renunciar á felicidade, mas não por nós. E não se devem respeitar transacções feitas com exclusão nossa e contra o nosso direito.

A natureza diz-nos: toma, e não: com-

pra. Em toda a compra há sempre logrador e logrado,—um que da transacção tira proveito, outro que fica lesado. Mas se cada um receber aquilo de que tem necessidade, nenhum é lesado, suposto que recebendo assim cada um aquilo de que necessita, recebe também tudo a que tem direito.

A transacção comercial é sem dúvida uma das principaes causas da corrupção da humanidade, da infelicidade humana. Não é inutil notar que tudo o que, no actual funcionamento social, é contrário ás regras da filosofia natural, é, simultaneamente, origem de males e crimes; e que se todos tivessem á sua disposição a universalidade dos bens e estivessem certos de ter amanhã e depois o necessário para viver e ser felizes, desceria nove décimos o número dos assassínios, pois que, ordinariamente, estes têm por móbil o que os senhores chamam roubo.

Compenetremo-nos todos disto:—Desde o momento em que um homem vende alguma coisa, é porque não tem necessidade dessa coisa; e então não tem o direito de dispor dela, nem de impedir os que dela carecem, de a tomarem para si, o que, pelo próprio facto da necessidade, é um direito.

Da mesma sorte que o roubo, a prostituição desapareceria pela applicação das nos-

sas teorias filosóficas. Porqué razão havia de prostituir-se uma mulher que tivesse á sua disposição o necessário para assegurar a sua existência e a sua felicidade? É como havia de compra-la o homem, se apenas poderia dar-lhe o que ela tinha o direito de possuir?

E assim desapareceriam todos os crimes, todos os vícios, porque desapareceriam as suas causas.

O ser humano não é verdadeiramente são e completo senão pelo livre exercício da sua plena vontade.

De onde provêm a mentira, a dobrez, a astúcia, senão da fôrça que uns aos outros nos inspiramos? São as armas dos fracos, e os fracos só recorrem a elas constrangidos pelos fortes.

A mentira não é o vicio do mentiroso, mas sim daquele que o força a mentir. Suprimam a violência, deixem bradar por coerção e penas, e ver-se há se o mentiroso fala verdade. Deixem uns de contestar aos outros o direito á vida e á felicidade, e a prostituição e o assassinato desaparecerão. Os homens nascem todos igualmente livres e bons. As leis sociais é que os fazem maus e injustos, escravos ou senhores, espoliados ou espoliadores, algozes ou vítimas. Cada homem é um ser autónomo, independente. Assim a independência de cada um deve ser respeitada.

Todo o ataque á nossa liberdade natural, toda a obrigação imposta é um crime que conduz á revolta.

Bem sei que os meus raciocínios se não parecem nada com a economia política ensinada por Leroy Beaulieu, nem com a moral de Malthus, nem com o socialismo cristão de Leão XIII; que préga o desprezo pelas riquezas, no meio dos seus tesouros, e a humildade, proclamando-se o primeiro de todos.

Bem sei que a filosofia natural encontra pela frente todas as idéas recebidas, quer religiosas, quer morais, quer políticas. Mas o seu triunfo é inevitável, porque ella é superior a todas as outras concepções morais, porque não reivindica para um, direito que não reivindique para os outros, e sendo deste modo a absoluta legalidade é também a absoluta justiça.

Não se amolda ás circunstâncias do tempo e do meio,—e não declara alternativamente bom e mau o mesmo acto. Nada tem de comum com essa moral bifronte que tem curso entre os homens de hoje e que faz que uma coisa seja boa ou má, consoante as latitudes e longitudes. Não proclama, por exemplo, que o facto de nos apoderar-mos duma coisa, deixando no seu logar o cadaver do antepossuidor, é umas vezes horroroso, outras sublime: horroroso se se passa nos arredores de

Paris; sublime se se dá nos arredores de Hué ou de Berlim. E como não admite nem punição nem recompensa, não reclama nem a guilhotina no primeiro caso, nem a apoteose no segundo. Substitue as inumeráveis e mutáveis regras morais inventadas por uns para sujeição dos outros,—pelo seu próprio número e mobilidade bem provam a sua fragilidade,—pela justiça natural, imutável regra do bem e do mal, que não é obra de ninguém, mas resulta do organismo íntimo de cada um. O bem é o que nos é bom, o que nos dá sensações de prazer; e como são as sensações que determinam a vontade, o bem é o que queremos, o mal, o que nós é prejudicial, o que nos provoca sensações de dôr, o que não queremos. *Faço o que quero*—tal é a única lei que a nossa justiça reconhece, e assim ela proclama a liberdade de cada um na igualdade de todos.

— — —
Há quem pense que ninguém quereria trabalhar, se a isso não fôsse obrigado. Esquecem se esses de que todos temos fôrças a consumir,—que a imobilidade é a morte,—que somos forçados a consumir nossas fôrças para as renovar incessantemente, e que a saúde e a felicidade só se conservam á custa da actividade,—que não querendo nenhum indivíduo ser infeliz e doente, todos deverão pôr em actividade os seus or-

gãos para gosar da posse de todas as suas faculdades, visto como uma faculdade de que não se faz uso, é como se não existisse e é uma parte de felicidade a menos na vida.

Não: amanhã, como hoje, como ontem, como sempre, os homens hão de querer ser felizes, sempre consumirão a sua actividade, trabalharão; mas sendo o trabalho de todos produtivo de riqueza social, a felicidade de todos e de cada um será aumentada e cada um poderá gosar do luxo a que tem direito, porque o supérfluo não existe e tudo o que pôde existir é necessário.

O homem não é sómente um ventre, é também um cérebro. Precisa de livros, de quadros, de estátuas, de músicas, de poesia, como precisa de pão, de ar e de sol; mas assim como o consumo não deve ser limitado senão pelas suas faculdades de consumo, assim na produção não deve ser detido senão pela sua faculdade de produção; e consumindo, segundo as suas necessidades, só deve produzir segundo as suas forças.

Ora quem poderia conhecer melhor que êle as suas necessidades? quem, melhor que êle, as suas fôrças? Ninguém. Logo o homem deve produzir e consumir apenas segundo a sua vontade.

Em todos os tempos a humanidade teve

mais ou menos consciência de que não seria feliz e de que não poderiam desenvolver-se todas as belas qualidades da natureza humana, senão no comunismo.

Os antigos deram por base á sua idade de ouro a propriedade comum, e nunca ao pensamento das naturezas privilegiadas que, entre êles, poetisavam o futuro collocando-o no passado, acudiu que a felicidade humana fôsse compatível com a propriedade individual. Sabiam, por intuição ou por experiência, que todos os males e todos os vícios da humanidade têm origem no antagonismo de interesses criado pela apropriação individual, não limitada ás necessidades, e nunca idealisaram uma sociedade sem guerras, sem assassinatos, sem prostituição, sem crimes e sem vícios, que não fosse igualmente sem proprietários.

E' porque não queremos mais guerras, nem assassinatos, nem prostituição, nem crimes nem vícios, que lutamos pela liberdade e dignidades humanas. Apesar de todas as mordças a verdade há de ouvir-se sobre a face da terra e á sua voz os homens estremeecerão e erguer-se-hão ao grito de liberdade para serem os factores da sua felicidade. Somos fortes da nossa própria fraqueza. Suceda nos o que succeder, havemos de vencer!

A nossa servidão ensina aos homens que êles têm direito á revolta; a nossa prisão,

que têm direito á liberdade; e, por nossa morte, saberão que teem direito á vida.

Quando daqui a pouco voltarmos para a cadeia e os senhores para o seio de suas famílias, pensarão os espiritos superficiais que somos nós os vencidos. Profundo êrro, porque nós somos os homens do futuro e os senhores são os homens do passado. Somos — Amanhã, e os senhores são — Ontem. Não está no poder de ninguem impedir que cada minuto que decorre nos aproxime de amanhã, afastando-nos de ontem.

Ontem pretendeu sempre tolhêr o passo a Amanhã, e sempre foi vencido na sua mesma vitória, porque o tempo que passou a vencer o aproximou da sua derrota. Foi Ontem quem fez beber a Socrates a cicuta; quem fez abjurar, na tortura, Galileu; quem levou á fogueira João Huss, Guilherme de Praga, Giordano Bruno; quem guilhotinou Hébert, Babeuf; quem envenenou Blanqui; quem fuzilou Flourens e Ferré.

Como se chamam os juizes de Socrates e os de Galileu; os de João Huss e os de Guilherme de Praga; os de Giordano Bruno; os de Estevam Dolet; os de Hebert, os de Babeuf; e os de Blanqui, de Flourens, de Ferré? Ninguem o sabe; toda a gente o ignora.

Chamam-se o Passado; estavam já mortos quando ainda viviam. Nem ao menos têm a glória de Erostrato. E Socrates é eterno; Galileu está ainda de pé; João Huss existe, e Guilherme de Praga, Giordano Bruno, Estevam Dolet, Hebert, Babeuf, Blanqui, Florens e Ferré vivem.

Tambem nós seremos felizes na desgraça, triunfantes na miséria, porque seremos vencedores na derrota. Seremos felizes, aconteça o que acontecer, porque estamos certos de que, ao sôpro da idéa renovadora, outros homens chegarão á verdade, outros homens continuarão a nossa interrompida tarefa, e a levarão ao bem, ao fim. E de que um dia virá em que o sol brilhará sobre a humanidade sem exércitos, sem canhões, sem fronteiras, sem barreiras, sem prisões, sem magistratura, sem polícia, sem leis e sem deuses, livre enfim intelectual e fisicamente; e de que os homens reconciliados com a natureza e consigo mesmo poderão, na universal harmonia, matar a sua sede de justiça.

Que importa que a aurora dêse belo dia seja purpureada com os clarões do incêndio! Que importa que na manhã dêse dia o orvalho seja sangrento, contanto que seja brilhante?! A tempestade é útil. O sol é mais belo depois da tormenta.

E há de brilhar e resplandescer o belo sol da liberdade, e a humanidade será feliz.

E então protegendo cada um a sua felicidade com a felicidade dos outros, acabará o mal, porque ninguém terá interesse em praticá-lo.

E o homem livre na humanidade livre poderá marchar sem obstáculos, de conquista em conquista, ao proveito de todos, para o infinito da intelectualidade.

E o enigma moderno — Liberdade, Igualdade e Fraternidade, apresentado pela Esfinge da Revolução, terá a sua solução na Anarquia.



Em refôrço

A um homem sem pão, sem água, sem ar, sem luz — não é licito exigir que seja um ser consciente e livre, um ser moral, um cidadão honrado, bom e justo.

Dr. Manuel d'Arriaga.

Saber resistir á violência é forte, mas vulgar; saber resistir á calúnia e aos motejos é maior esforço e mais raro.

Alexandre Herculano.

Se todos os homens nascessem exactamente semelhantes, iguaes em cada uma das suas faculdades ou capacidades, não poderia existir a sociedade. E' das differenças que ela nasce, porque é por elas que os homens affirmam a sua realidade natural e moral. Mas o serem desiguaes não quer dizer que não sejam «iquivalentes», quando considerados na soma das suas faculdades. Pelo contrário, da idea de unidade e identidade da fôrça emana necessariamente a idea da iquivalência.

Oliveira Martins.

*

Os governos costumam classificar de revolução os esforços que os povos fazem para receber a sua legitima liberdade.

Soares Castelo Branco.

*

A vontade enérgica é uma esperança meio realisada.

Camilo Castelo Branco.

*

O homem só é homem quando aprende a ser um revoltado.

Ramalho Ortigão.

*

Sem a liberdade não ha ordem possivel.

Graça Aranha.

Poderemos dizer a nós mesmos toda a verdade? Se a podemos dizer eu abalanço-me a afirmar que a única fórmula heroica da sciencia e da vida moderna—é o anarquismo.

Rastignac.
(*Dr. Vicente Morello*).

Para destruir os males que vos oprimem não há outro caminho senão o da revolução; tende-o presente e não o esqueçais. A paz da luz deve ser precedida pela noite da luta e da guerra.

Vós os trabalhadores do mundo, sois quem tudo produz e nada tendes; os que não fazem coisa alguma, pela lei, ou pela força, tudo possuem. E' vosso isso tudo; sêde homens, não mendigueis, nem peçaes aquilo que vos pertence; visto que é vosso, ide buscal-o,

Victor Hugo.

Nós produzimos, vós dissipaes. As riquezas provem de nós, vós as absorveis; a isto chamaes governar! Classe privilegiada, corpo distinto que nos é extranho, formai a vossa nação á parte e vereis como substituir.

Volney.

São necessarios grandes ideais para crear grandes realidades.

Harry Limbert.

BIBLIOTECA DE A SEMENTEIRA

As suas edições

- Lisle—A propriedade e o socialismo... (esgotado)
- Kropotkine—O governo revolucionário ..
- Mela—As composições
- Kropotkine—Os pastores das guerras. **3 olive.**
- Dessalle—A confederação do trabalho. **3**
- Landauer—A Social Democracia na Alemanha
- Malatesta—Em tempo de eleições. **2**
- Riviani—A minha defesa

A Sementeira, revista mensal, fundada em 1908, os 3 primeiros anos num volume de 202 páginas com 32 fotografuras em bom papel couché... (esgotado)

- O 4.º ano e até ao último n.º da 1.ª série. **30 olive.**
- rie, 128 páginas.....
- Os 2 primeiros anos da 2.ª série (1916-1917) 284 páginas
- O 3.º e 4.º anos da 2.ª série (1918-1919)
- 336 páginas..... **63 olive.**
- Por assinatura—Portugal, um ano
- Outros países um ano 2,5 fr.

Statistaxem-se todos os pedidos destas ou de qualquer outras publicações, quando acompanhadas das respectivas importâncias accrescidas do porte do correio e dirigidos à Administração de

A Sementeira

Casa do Sobrê 88

LISBOA-PORTUGAL

BIBLIOTECA DE A SEMENTEIRA

As suas edições

- Lisle—*A propriedade e o socialismo*..... (esgotado)
Kropotkine—*O govêrno revolucionário* .. »
Mela—*Aos camponeses* »
Kropotkine—*Os bastidores das guerras*. **3 ctvs.**
Delessalle—*A confederação do trabalho*. **3** »
Landauer—*A Social Democracia na Alemanha*..... **2** »
Malatesta—*Em tempo de eleições*. **2** »
Etievant—*A minha defesa*..... **4** »

A *Sementeira*, revista mensal, fundada em 1908, os 3 primeiros anos num volume de 292 páginas com 35 fotografuras em bom papel couché.... (esgotado)

O 4.º ano e até ao ultimo n.º da 1.ª série, 128 páginas..... **30 cts.**

Os 2 primeiros anos da 2.ª série (1916-1917) 384 páginas **50** »

O 3.º e 4.º anos da 2.ª série (1918-1919) 336 páginas..... **63 cts.**

Por assinatura—Portugal, um ano.... **36** »

» » —Outros países um ano **2,5 fr.**

Satisfazem-se todos os pedidos, destas ou de quaisquer outras publicações, quando acompanhadas das respectivas importâncias acrescidas do porte do correio, e dirigidos á Administração de

A Sementeira

Caes do Sodré 88

LISBOA-PORTUGAL